

## ***O tratado bilateral no teatro operacional norte em Moçambique: o papel de Paul Kagame e os desafios para o Estado moçambicano***

*The Bilateral Treaty in the Northern Operational Theater of Mozambique: The Role of Paul Kagame and the Challenges for the Mozambican State*

*El tratado bilateral en el teatro operacional norte de Mozambique: el papel de Paul Kagame y los desafíos para el Estado mozambiqueño*

***Domingos Joaquim Vasco e <sup>1</sup> e Adriano Silva da Rosa<sup>2</sup>***

<sup>1</sup>Docente de História vs Geografia e Pesquisador, na Escola Básica de Nchontcho,  
E-mail: domingosvasco1@gmail.com, Moçambique.

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal Fronteira Sul/UFFS,  
E-mail: adrianodarosa31@gmail.com, Brasil.

Submetido em: 25/01/2026, revisado em: 20/06/2026 e aceito para publicação em: 06/07/2026.

**RESUMO:** O presente artigo analisa o tratado bilateral de cooperação militar estabelecido entre Moçambique e Ruanda no contexto do teatro operacional norte, com especial atenção à atuação das forças ruandesas sob a liderança de Paul Kagame e aos desafios enfrentados pelo Estado moçambicano no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado. O objetivo do estudo consiste em compreender os processos de assinatura de tratados bilaterais como estratégia para o enfrentamento do terrorismo, bem como discutir seus impactos políticos, securitários e institucionais. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, com base em obras acadêmicas, artigos científicos e relatórios recentes sobre segurança, terrorismo e cooperação internacional. Os resultados indicam que o tratado bilateral desempenhou papel relevante na redução dos ataques terroristas e na estabilização territorial em áreas estratégicas, destacando-se, além da atuação militar, ações de responsabilidade social promovidas pelas tropas ruandesas, como apoio à população local e reconstrução de infraestruturas básicas. Contudo, a análise evidencia fragilidades relacionadas à falta de transparência nos termos do acordo e à dependência externa em matéria de defesa, o que pode gerar riscos à soberania nacional no médio e longo prazo. Conclui-se que a sustentabilidade da segurança em Cabo Delgado depende do fortalecimento das capacidades internas do Estado moçambicano, especialmente por meio do investimento nas Forças de Defesa e Segurança, da valorização dos militares e do aprimoramento das políticas públicas de segurança.

**Palavras-chave:** Tratado bilateral; Teatro operacional norte; Terrorismo; Cooperação militar; Moçambique.

**ABSTRACT:** This article analyzes the bilateral military cooperation treaty established between Mozambique and Rwanda within the context of the Northern Operational Theater, with special emphasis on the leadership of Paul Kagame and the challenges faced by the Mozambican State in combating terrorism in Cabo Delgado Province. The objective of the study is to understand the processes of security stabilization, political and institutional implications, and the impacts of Rwandan military intervention in the region. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, grounded in a literature review and documentary analysis based on academic works, scientific articles, and institutional reports on security, terrorism, and military cooperation. The results indicate that the bilateral treaty has played a significant role in reducing terrorist attacks and stabilizing territorial control in strategic areas, highlighting, in addition to military action, the importance of social responsibility initiatives promoted by Rwandan troops, such as support to local communities and infrastructure reconstruction. However, challenges remain in terms of sustainability, dependence on external support for defense matters, which may generate risks to national sovereignty in the medium and long term. It is concluded that the sustainability of security in Cabo Delgado depends on strengthening Mozambican institutions, the progressive withdrawal of foreign forces, and the improvement of public security policies.

**Keywords:** Bilateral treaty; Northern operational theater; Terrorism; Military cooperation; Mozambique.

**RESUMEN:** El presente artículo analiza el tratado bilateral de cooperación militar establecido entre Mozambique y Ruanda en el ámbito del Teatro Operacional Norte, con especial énfasis en el liderazgo de Paul Kagame y en los desafíos enfrentados

por el Estado mozambiqueño en el combate al terrorismo en la provincia de Cabo Delgado. El objetivo del estudio consiste en comprender los procesos de estabilización de la seguridad, las implicaciones políticas e institucionales y los impactos de la intervención militar ruandesa en la región. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión bibliográfica y en el análisis documental, con base en obras académicas, artículos científicos e informes institucionales sobre seguridad, terrorismo y cooperación militar. Los resultados indican que el tratado bilateral ha desempeñado un papel significativo en la reducción de los ataques terroristas y en la estabilización territorial en áreas estratégicas, destacándose, además de la actuación militar, las acciones de responsabilidad social promovidas por las tropas ruandesas, como el apoyo a la población local y la reconstrucción de infraestructuras. No obstante, persisten desafíos relacionados con la sostenibilidad de la seguridad y la dependencia externa en materia de defensa, lo que puede generar riesgos para la soberanía nacional a medio y largo plazo. Se concluye que la sostenibilidad de la seguridad en Cabo Delgado depende del fortalecimiento de las instituciones mozambiqueñas, de la retirada progresiva de las fuerzas extranjeras y del perfeccionamiento de las políticas públicas de seguridad.

**Palabras clave:** Tratado bilateral; Teatro operacional norte; Terrorismo; Cooperación militar; Mozambique.

## INTRODUÇÃO

A província de Cabo Delgado, situada no extremo norte de Moçambique, tornou-se, desde outubro de 2017, um dos principais epicentros de instabilidade político-securitária no continente africano (Chambe, 2023; Magaia, Mussama e Viana, 2025). Os sucessivos ataques perpetrados por grupos insurgentes de orientação extremista transformaram a região em um espaço marcado pela violência armada, pelo deslocamento forçado de populações, pela destruição de infraestruturas públicas e privadas e pela interrupção de atividades econômicas estratégicas. Tal cenário passou a representar não apenas uma crise de segurança interna, mas um desafio estrutural à soberania do Estado moçambicano e à sua capacidade de exercer plenamente as funções essenciais de proteção do território e da população.

A literatura sobre segurança internacional aponta que Estados com capacidades institucionais e militares limitadas tendem a enfrentar maiores dificuldades no enfrentamento de ameaças assimétricas, como o terrorismo, especialmente quando essas ameaças se desenvolvem em regiões periféricas, historicamente marginalizadas e ricas em recursos naturais (Buzan & Waever, 2003; Chichava, 2020a). Em Cabo Delgado, a combinação entre fragilidade estatal, exclusão socioeconômica, disputas territoriais e interesses econômicos globais relacionados à exploração de gás natural e outros recursos estratégicos criou um ambiente propício à proliferação da violência extremista (Silva, 2025). Nesse contexto, o terrorismo não pode ser compreendido apenas

como um fenômeno externo ou importado, mas como resultado de múltiplas determinações internas e externas que se entrelaçam.

Diante da intensificação dos ataques e das limitações operacionais das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FADM), o Estado moçambicano passou a recorrer a mecanismos de cooperação internacional como estratégia de contenção da crise. Inicialmente, o apoio regional no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) representou uma tentativa de resposta coletiva ao problema (Silva, 2025). Contudo, a temporalidade das missões, associada à persistência dos ataques após a retirada parcial das forças regionais, evidenciou a insuficiência dessas ações para garantir estabilidade duradoura na região norte do país.

É nesse contexto que se insere a assinatura do tratado bilateral de cooperação militar entre Moçambique e Ruanda, resultando na presença direta das forças ruandesas no teatro operacional norte, sob a liderança do presidente Paul Kagame (Sousa, 2025). A intervenção ruandesa passou a ser percebida como uma resposta emergencial à incapacidade do Estado moçambicano de assegurar, de forma autônoma, a defesa do território e a proteção da população civil em Cabo Delgado. A rápida recuperação de áreas estratégicas e a redução significativa dos ataques em determinadas zonas reforçaram a percepção de eficácia imediata dessa cooperação militar.

Todavia, a celebração de tratados bilaterais de proteção militar entre países em desenvolvimento e Estados com maior capacidade operacional suscita debates amplos no

campo das relações internacionais e do direito internacional público. Autores clássicos e contemporâneos destacam que acordos dessa natureza tendem a refletir relações assimétricas de poder, nas quais o Estado mais fragilizado assume compromissos que podem limitar sua autonomia decisória e ampliar sua dependência externa (Morgenthau, Thompson, Clinton 1985; Morgenthau, 2003; Keohane & Nye, 2012). Em contextos marcados pela exploração de recursos naturais estratégicos, tais assimetrias tornam-se ainda mais sensíveis, pois a cooperação militar pode estar associada a interesses econômicos e geopolíticos de longo prazo.

No caso moçambicano, a presença militar ruandesa em Cabo Delgado gerou resultados positivos no curto prazo, mas também levantou questionamentos acerca da transparência dos termos do acordo, da duração da cooperação e das contrapartidas envolvidas. Conforme assinala Coutinho (2016), tratados internacionais firmados em situações de vulnerabilidade tendem a privilegiar soluções imediatas em detrimento de avaliações mais aprofundadas sobre seus impactos futuros. Assim, a cooperação militar, embora necessária em determinados contextos, pode produzir efeitos colaterais relevantes sobre a soberania estatal e sobre a capacidade de formulação autônoma de políticas públicas de segurança.

Além disso, o fenômeno do terrorismo em Cabo Delgado deve ser analisado à luz das discussões teóricas que o compreendem como uma prática política orientada à produção do medo e à desestabilização da autoridade estatal (Wardlaw, 1982; Bobbio, 1998). Nesse sentido, a incapacidade prolongada do Estado em garantir segurança e bem-estar à população tende a aprofundar ciclos de violência, fragilizar a confiança nas instituições públicas e ampliar o espaço de atuação de grupos extremistas. A resposta exclusivamente militar, portanto, ainda que necessária, mostra-se insuficiente quando não acompanhada de políticas estruturais voltadas à inclusão social, ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento institucional.

Diante desse cenário complexo, o presente artigo tem como objetivo geral compreender os processos de assinatura

de tratados bilaterais de cooperação militar como estratégia para o enfrentamento do terrorismo em Cabo Delgado, analisando de forma crítica o papel desempenhado pelas forças ruandesas lideradas por Paul Kagame. Especificamente, busca-se: (i) identificar as características dos países signatários de tratados bilaterais de proteção militar; (ii) interpretar os estilos desses tratados no contexto da dependência externa e da garantia da paz e da segurança nacional; e (iii) descrever as principais estratégias adotadas pelo Estado moçambicano no combate ao terrorismo.

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, articulando produções acadêmicas, relatórios institucionais e documentos oficiais. A estrutura do artigo organiza-se em seis seções, além desta introdução: o enquadramento teórico, que discute tratados bilaterais, terrorismo e cooperação militar; a metodologia; a apresentação dos resultados; a discussão analítica dos achados; e, por fim, as considerações finais, nas quais se refletem os desafios e as perspectivas para a construção de uma segurança sustentável em Moçambique.

## **Tratados bilaterais, soberania estatal e assimetrias de poder**

Os tratados internacionais constituem instrumentos centrais do Direito Internacional Público, por meio dos quais os Estados formalizam compromissos, estabelecem mecanismos de cooperação e regulam interesses comuns no sistema internacional (Sousa, 2025). Conforme destaca Shaw (2017), os tratados representam a principal fonte normativa das relações internacionais contemporâneas, conferindo previsibilidade jurídica às interações entre Estados soberanos (Schmitt, 2017). Todavia, embora fundamentados no princípio formal da igualdade soberana, tais acordos refletem, na prática, profundas assimetrias de poder político, econômico e militar entre os Estados signatários.

A soberania estatal, entendida como a capacidade de um Estado exercer autoridade suprema sobre seu território e sua população, não se apresenta de forma absoluta no sistema internacional. Morgenthau (2003) já advertia que o poder relativo dos Estados condiciona sua margem de autonomia decisória, especialmente em contextos de dependência econômica ou fragilidade institucional. Nesse sentido, Estados em desenvolvimento tendem a assumir compromissos internacionais em condições menos favoráveis, sobretudo quando enfrentam crises internas que comprometem sua estabilidade política e securitária.

No âmbito específico dos tratados bilaterais, a literatura evidencia que esses acordos são frequentemente utilizados como instrumentos estratégicos para responder a situações emergenciais, como conflitos armados, crises humanitárias ou ameaças terroristas (Magaia, Mussama e Viana, 2025). Contudo, conforme argumenta Koskeniemi (2005), o caráter jurídico dos tratados não elimina sua dimensão política, uma vez que as normas internacionais são produzidas e aplicadas em um contexto marcado por disputas de poder e interesses geopolíticos. Assim, tratados firmados sob condições de vulnerabilidade tendem a refletir a posição assimétrica das partes envolvidas.

No caso dos tratados bilaterais de cooperação militar, essas assimetrias tornam-se ainda mais evidentes. A cooperação em matéria de defesa envolve diretamente a soberania territorial, o monopólio legítimo da força e a segurança nacional, elementos centrais da autoridade estatal. De acordo com Coutinho (2016), acordos militares celebrados em contextos de fragilidade estatal podem resultar em limitações significativas à autonomia decisória do Estado receptor, especialmente quando não há transparência quanto às cláusulas, prazos e contrapartidas envolvidas.

Autores como Keohane e Nye (2012) destacam que a interdependência entre Estados não se distribui de forma simétrica, produzindo relações em que um dos atores assume posição de maior influência sobre o outro. No campo da segurança internacional, essa interdependência assimétrica tende a se manifestar por meio da dependência militar, na qual

o Estado menos capacitado passa a depender do apoio externo para garantir sua própria estabilidade interna. Tal dependência pode comprometer a capacidade do Estado de formular políticas públicas de defesa de forma autônoma e sustentável.

A experiência histórica demonstra que tratados firmados sob forte pressão interna ou externa frequentemente priorizam soluções de curto prazo, em detrimento de avaliações estratégicas de longo prazo. Moravcsik (1997) observa que Estados fragilizados tendem a aceitar acordos internacionais como forma de compensar limitações domésticas, transferindo responsabilidades internas para atores externos. Embora tais estratégias possam gerar ganhos imediatos, elas também podem aprofundar ciclos de dependência e fragilização institucional.

No continente africano, essa dinâmica apresenta contornos específicos. Estados que enfrentam conflitos armados prolongados, insurgências internas ou crises humanitárias recorrentes recorrem, com frequência, a acordos bilaterais de cooperação militar como alternativa à incapacidade de resposta interna. Segundo Ayoob (1995), a insegurança dos Estados pós-coloniais está profundamente relacionada à fragilidade de suas instituições políticas e à dificuldade de consolidar o controle territorial. Nesse contexto, a cooperação militar externa emerge como um mecanismo de sobrevivência estatal, ainda que à custa de concessões significativas em termos de soberania.

No caso de Moçambique, a assinatura do tratado bilateral de cooperação militar com o Ruanda insere-se nesse padrão estrutural. A incapacidade do Estado moçambicano de conter autonomamente a insurgência armada em Cabo Delgado criou as condições políticas e institucionais para a aceitação de apoio militar externo. Embora formalmente ancorado em princípios de cooperação e solidariedade, o tratado deve ser analisado à luz das assimetrias de poder entre os Estados signatários e dos interesses estratégicos subjacentes à presença militar estrangeira em uma região rica em recursos naturais.

Dessa forma, a análise dos tratados bilaterais de proteção militar exige uma abordagem crítica que ultrapasse a

dimensão jurídica formal, incorporando elementos da teoria das relações internacionais, da economia política e dos estudos sobre segurança. Somente a partir dessa perspectiva ampliada é possível compreender os efeitos imediatos e estruturais desses acordos sobre a soberania estatal, a autonomia decisória e a capacidade de construção de uma segurança sustentável no longo prazo.

## **Cooperação militar internacional, dependência e segurança coletiva**

A cooperação militar internacional tem sido amplamente utilizada como instrumento de gestão de crises de segurança em contextos marcados por conflitos armados internos, insurgências e terrorismo. No plano teórico, essa cooperação pode ser compreendida tanto como expressão de esforços coletivos para a manutenção da paz quanto como mecanismo de projeção de poder e influência por parte de Estados com maior capacidade militar. A literatura sobre segurança internacional destaca que tais arranjos não se desenvolvem em um vácuo normativo, mas são moldados por interesses estratégicos, percepções de ameaça e relações assimétricas entre os atores envolvidos (Walt, 1987; Buzan, 1991).

O conceito de segurança coletiva pressupõe que a segurança de um Estado está intrinsecamente ligada à segurança dos demais, de modo que ameaças a um ator específico podem produzir efeitos desestabilizadores em escala regional. Buzan e Wæver (2003) argumentam que, em regiões caracterizadas por interdependência securitária, os problemas de segurança tendem a transbordar fronteiras nacionais, exigindo respostas coordenadas. No contexto da África Austral, a atuação de organizações regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), insere-se nessa lógica de segurança coletiva, ainda que com limitações operacionais e políticas.

Entretanto, a cooperação militar internacional nem sempre resulta em relações equilibradas entre os Estados

participantes. Keohane e Nye (2012) ressaltam que a interdependência pode assumir formas assimétricas, nas quais um dos Estados passa a exercer maior influência sobre as decisões estratégicas do outro. No campo militar, essa assimetria tende a se manifestar por meio da dependência tecnológica, logística e operacional, criando vínculos de subordinação que ultrapassam o período formal de cooperação.

No caso de Estados em desenvolvimento, a dependência militar externa está frequentemente associada à fragilidade institucional e à insuficiência de investimentos domésticos em defesa e segurança. Segundo Ayoob (1995), a insegurança dos Estados pós-coloniais decorre não apenas de ameaças externas, mas sobretudo de limitações internas relacionadas à consolidação do poder estatal, ao controle territorial e à legitimidade política. Assim, a cooperação militar externa surge como uma resposta contingencial a déficits estruturais, e não como uma solução definitiva para os problemas de segurança.

Autores como Walt (1987) destacam que alianças militares são frequentemente formadas com base na percepção de ameaças imediatas, e não necessariamente em afinidades ideológicas ou compromissos de longo prazo. Esse padrão contribui para a formação de acordos pragmáticos, orientados pela lógica da sobrevivência estatal. No entanto, quando essas alianças se prolongam ou se tornam estruturalmente necessárias, podem comprometer a autonomia estratégica do Estado receptor, tornando-o dependente do apoio externo para a manutenção da ordem interna.

No continente africano, a cooperação militar internacional apresenta especificidades históricas e políticas. A presença de forças estrangeiras em territórios nacionais tem sido recorrente em contextos de conflito, muitas vezes legitimada por discursos de solidariedade regional, combate ao terrorismo ou manutenção da paz. Contudo, como observa Clapham (2017), tais intervenções frequentemente coexistem com interesses geopolíticos e econômicos, especialmente em regiões ricas em recursos naturais estratégicos. Dessa forma,

a linha que separa a cooperação solidária da projeção de poder torna-se tênue.

No caso específico de Moçambique, a cooperação militar com o Ruanda deve ser compreendida à luz dessas dinâmicas. A incapacidade das forças nacionais de conter a insurgência armada em Cabo Delgado e as limitações das missões regionais da SADC criaram um ambiente favorável à aceitação de apoio militar bilateral (Magaia, Mussama e Viana, 2025). Embora essa cooperação tenha produzido resultados positivos no curto prazo, como a redução dos ataques terroristas e a recuperação de áreas estratégicas, ela também reforça um padrão de dependência externa em matéria de segurança.

Além disso, a literatura sobre segurança enfatiza que respostas predominantemente militares tendem a ser insuficientes quando não acompanhadas de estratégias políticas, sociais e econômicas integradas. Crenshaw (2011) argumenta que o terrorismo é um fenômeno complexo, alimentado por fatores estruturais como exclusão social, desigualdade e ausência de oportunidades, de modo que sua erradicação exige abordagens multidimensionais (Crenshaw, 2026). A cooperação militar internacional, portanto, deve ser concebida como parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas voltadas à estabilização e ao desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a dependência prolongada de forças estrangeiras pode gerar efeitos contraditórios. Por um lado, contribui para a contenção imediata da violência; por outro, pode enfraquecer os incentivos para o fortalecimento das capacidades internas do Estado, perpetuando ciclos de fragilidade institucional. Conforme alerta Buzan (1991), a segurança sustentável depende da capacidade do Estado de produzir, internamente, os meios necessários para garantir a proteção de sua população e de seu território.

Assim, a cooperação militar internacional, embora legítima em contextos emergenciais, deve ser analisada criticamente quanto aos seus impactos estruturais. No caso de Moçambique, a presença militar ruandesa em Cabo Delgado revela tanto a importância da solidariedade regional quanto os

riscos associados à dependência externa em matéria de segurança. Essa ambivalência reforça a necessidade de compreender a cooperação bilateral não apenas como um instrumento técnico de combate ao terrorismo, mas como um fenômeno político que influencia diretamente a soberania, a governabilidade e o futuro do Estado moçambicano.

## **Terrorismo, fragilidade estatal e governabilidade em Moçambique**

O terrorismo constitui um dos fenômenos mais complexos e desafiadores para os Estados contemporâneos, especialmente aqueles marcados por fragilidades institucionais, desigualdades socioeconômicas e limitações na capacidade de governança. Do ponto de vista conceitual, Wardlaw (1982) define o terrorismo como o uso sistemático da violência ou da ameaça de violência com o objetivo de gerar medo generalizado e coagir governos ou sociedades a atender determinadas demandas políticas, religiosas ou ideológicas. Essa definição ressalta o caráter estratégico do terrorismo, que busca efeitos psicológicos e simbólicos que ultrapassam as vítimas imediatas dos ataques.

Bobbio (1998) complementa essa perspectiva ao afirmar que o terrorismo deve ser compreendido como uma prática política orientada à produção do terror enquanto instrumento de desestabilização da ordem estatal. Nesse sentido, o terrorismo não se limita à dimensão da violência física, mas opera também no plano da governabilidade, minando a confiança da população nas instituições públicas e comprometendo a legitimidade do Estado. Tal abordagem é particularmente relevante para a análise do contexto moçambicano, no qual a insurgência armada em Cabo Delgado tem impactado de forma profunda a capacidade do Estado de exercer controle efetivo sobre partes significativas do território nacional.

A literatura especializada aponta que o terrorismo tende a prosperar em contextos de fragilidade estatal, nos quais o Estado enfrenta dificuldades para garantir segurança,

serviços básicos e inclusão social. Ayoob (1995) argumenta que muitos Estados pós-coloniais apresentam estruturas institucionais frágeis, resultado de processos históricos de colonização, conflitos internos e limitações econômicas. Nessas circunstâncias, a incapacidade do Estado de responder de forma eficaz às demandas sociais cria um ambiente propício à emergência de atores não estatais violentos, que passam a disputar autoridade e legitimidade com o poder central.

No caso de Moçambique, estudos empíricos indicam que a insurgência em Cabo Delgado está associada a um conjunto de fatores estruturais, incluindo pobreza persistente, exclusão socioeconômica, marginalização de comunidades locais e gestão desigual dos benefícios provenientes da exploração de recursos naturais (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). A presença de grandes projetos de exploração de gás natural e outros recursos estratégicos, sem a correspondente melhoria das condições de vida da população local, contribuiu para o aumento do ressentimento social e para a ampliação das vulnerabilidades exploradas por grupos extremistas.

Chichava (2020a) destaca que o discurso oficial frequentemente atribui a insurgência em Cabo Delgado a influências externas, minimizando os fatores internos que alimentam o conflito. No entanto, análises mais aprofundadas indicam que o terrorismo na região não pode ser explicado exclusivamente por dinâmicas transnacionais, uma vez que encontra raízes em problemas históricos de governança, desigualdade regional e fragilidade institucional. A ausência de políticas públicas eficazes voltadas ao desenvolvimento local e à inclusão social reforçou a percepção de abandono estatal entre parcelas significativas da população.

Do ponto de vista da governabilidade, a presença de grupos terroristas compromete a capacidade do Estado de exercer suas funções básicas, como a garantia da segurança, a arrecadação de impostos e a prestação de serviços públicos (Magaia, Mussama e Viana, 2025). Segundo Migdal (2001), a governabilidade depende da capacidade do Estado de penetrar a sociedade e regular comportamentos de forma legítima e eficaz (Migdal, 2008; 2016). Em Cabo Delgado, a perda de

controle territorial em determinadas áreas evidenciou os limites da autoridade estatal e a fragilidade das instituições locais, criando um vácuo de poder explorado por atores armados.

Além disso, a literatura sobre radicalização aponta que a adesão de indivíduos a grupos extremistas está frequentemente associada a fatores como falta de oportunidades econômicas, exclusão política e ausência de perspectivas de mobilidade social (Crenshaw, 2011; Crenshaw, 2026). Em contextos nos quais o Estado é percebido como distante ou incapaz de responder às necessidades básicas da população, grupos terroristas podem se apresentar como alternativas de pertencimento, identidade e proteção, ainda que baseadas na violência.

A resposta estatal ao terrorismo, quando centrada exclusivamente em ações militares, tende a produzir resultados limitados no longo prazo. Embora o uso da força seja frequentemente necessário para conter a violência imediata, autores como Kaldor (2012) argumentam que conflitos contemporâneos exigem abordagens integradas, que combinem segurança, desenvolvimento e fortalecimento institucional. No caso moçambicano, a priorização de respostas militares sem o correspondente investimento em políticas sociais e econômicas contribuiu para a persistência de condições estruturais favoráveis à insurgência.

Nesse contexto, a cooperação militar internacional surge como uma estratégia adotada pelo Estado moçambicano para suprir suas limitações internas no enfrentamento do terrorismo. Contudo, conforme discutido nas seções anteriores, essa cooperação não elimina as causas estruturais do conflito e pode, inclusive, reforçar padrões de dependência externa. Assim, a análise do terrorismo em Moçambique exige uma compreensão articulada entre fragilidade estatal, governabilidade e políticas públicas, reconhecendo que a segurança sustentável depende do fortalecimento das capacidades internas do Estado e da promoção de inclusão social e desenvolvimento regional.

Dessa forma, o terrorismo em Cabo Delgado deve ser compreendido não apenas como uma ameaça à segurança

nacional, mas como um sintoma de problemas estruturais mais amplos que desafiam a consolidação do Estado moçambicano. A superação desses desafios requer estratégias que transcendam a dimensão militar, incorporando reformas institucionais, políticas de desenvolvimento e mecanismos de participação social capazes de reconstruir a legitimidade e a autoridade do Estado junto à população.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, apropriada para a análise de fenômenos complexos que envolvem dimensões políticas, institucionais e securitárias, como os tratados bilaterais de cooperação militar e o terrorismo. A escolha por essa abordagem justifica-se pelo objetivo de compreender os significados, as dinâmicas e as implicações associadas à cooperação militar internacional no contexto do teatro operacional norte de Moçambique, sem a pretensão de estabelecer generalizações estatísticas.

De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite apreender processos sociais em profundidade, considerando os contextos históricos, políticos e culturais nos quais os fenômenos se inserem. No caso deste estudo, tal perspectiva mostrou-se fundamental para analisar a assinatura do tratado bilateral entre Moçambique e Ruanda como um fenômeno político-institucional situado em um contexto específico de fragilidade estatal, insurgência armada e dependência externa em matéria de segurança.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contemplou livros, artigos científicos, dissertações, teses e estudos produzidos por centros de pesquisa reconhecidos, abordando temas como tratados internacionais, cooperação militar, terrorismo, fragilidade estatal e governabilidade. Foram priorizadas obras clássicas e contemporâneas de autores amplamente

reconhecidos no campo das relações internacionais, da ciência política e dos estudos de segurança, garantindo consistência teórica e rigor acadêmico à análise.

A análise documental incluiu relatórios institucionais, documentos governamentais, boletins analíticos e publicações de organizações de pesquisa nacionais e internacionais que acompanham a situação de segurança em Moçambique, em especial na província de Cabo Delgado. Conforme destaca Yin (2016), a análise documental constitui uma fonte relevante para estudos qualitativos, especialmente quando o objeto de investigação envolve políticas públicas, decisões estatais e processos institucionais, permitindo a triangulação de informações e o fortalecimento da validade analítica.

A organização e interpretação dos dados seguiram uma lógica analítica orientada pelos objetivos do estudo. Inicialmente, foram definidas categorias analíticas centrais, tais como: tratados bilaterais de proteção militar, cooperação internacional em segurança, terrorismo, fragilidade estatal e soberania. Em seguida, os materiais selecionados foram examinados de forma crítica, buscando identificar convergências, tensões e contradições entre os aportes teóricos e a realidade empírica observada no contexto moçambicano.

No que se refere à delimitação temporal, a análise concentra-se no período posterior ao início da intervenção militar ruandesa em Moçambique, considerando a intensificação dos ataques terroristas em Cabo Delgado e as respostas institucionais adotadas pelo Estado (Magaia, Mussama e Viana, 2025). Tal recorte permitiu examinar de forma mais precisa os efeitos imediatos da cooperação bilateral e os desafios estruturais associados à dependência externa em matéria de segurança.

Por fim, destaca-se que este estudo não se propõe a avaliar o mérito operacional das ações militares em termos técnicos, mas sim a analisar criticamente seus impactos políticos, institucionais e securitários. A abordagem metodológica adotada busca contribuir para o debate acadêmico sobre cooperação militar internacional e segurança

em Estados em desenvolvimento, oferecendo subsídios analíticos para a compreensão dos limites e potencialidades dos tratados bilaterais como instrumentos de enfrentamento do terrorismo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que o tratado bilateral de cooperação militar firmado entre Moçambique e Ruanda produziu impactos significativos no cenário de segurança da província de Cabo Delgado, especialmente no curto prazo. A presença das forças ruandesas no teatro operacional norte contribuiu para a recuperação de áreas anteriormente controladas por grupos insurgentes, permitindo a redução da frequência e da intensidade dos ataques terroristas em zonas estratégicas. Esse resultado revela uma mudança concreta no equilíbrio de forças no terreno, com reflexos diretos na mobilidade dos grupos armados e na reocupação de espaços antes considerados inacessíveis pelo Estado moçambicano.

Observou-se, ainda, um aprimoramento da capacidade operacional das ações conjuntas entre as tropas ruandesas e as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FADM). Os dados analisados apontam para avanços na organização tática, no controle territorial e na coordenação logística das operações militares. A experiência prévia das forças ruandesas em contextos de combate a grupos armados insurgentes, associada ao uso de equipamentos e estratégias operacionais mais sofisticadas, contribuiu para elevar o nível de eficácia das ações no terreno, reduzindo a vulnerabilidade das forças nacionais em confrontos diretos.

Outro resultado relevante refere-se aos efeitos da cooperação militar sobre a dinâmica social nas áreas afetadas pelo conflito. Para além da atuação armada, as forças ruandesas passaram a desempenhar um papel complementar por meio de ações de responsabilidade social, incluindo apoio à reconstrução de infraestruturas básicas, colaboração na reabertura de escolas e unidades de saúde e auxílio direto a

comunidades deslocadas. Essas iniciativas favoreceram a retomada gradual da vida cotidiana em determinadas localidades e contribuíram para o fortalecimento da relação entre os atores de segurança e a população civil.

Os resultados também evidenciam uma redução do fluxo de deslocamentos forçados em áreas onde a presença militar conjunta se consolidou. A percepção de maior segurança estimulou o retorno parcial de famílias às suas comunidades de origem, ainda que de forma cautelosa e progressiva. Esse aspecto revela que a estabilização territorial, mesmo que localizada, produz efeitos positivos sobre a confiança da população e sobre a reconstrução do tecido social fragilizado pelo conflito prolongado.

Entretanto, a análise dos dados revela fragilidades importantes no processo de formalização e implementação do tratado bilateral. Um dos aspectos mais recorrentes refere-se à limitada transparência em relação às cláusulas do acordo, aos prazos estabelecidos e às contrapartidas assumidas pelas partes envolvidas. A ausência de informações públicas detalhadas dificulta a avaliação institucional do tratado e gera incertezas quanto aos compromissos futuros, especialmente no que diz respeito à permanência das forças estrangeiras e às implicações políticas e econômicas associadas à cooperação.

Outro resultado relevante diz respeito à dependência do apoio militar externo para a manutenção da segurança em Cabo Delgado. A análise aponta que, apesar dos avanços operacionais observados, o Estado moçambicano continua apresentando limitações estruturais em matéria de defesa, logística e capacitação de suas forças armadas. Essa dependência evidencia a insuficiência de investimentos internos consistentes e a dificuldade de construção de uma capacidade autônoma de resposta a ameaças complexas como o terrorismo.

Além disso, os resultados indicam que a cooperação militar bilateral não foi acompanhada, na mesma intensidade, por políticas públicas estruturantes voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região (Nguiraze e Aires, 2011). Embora a melhoria da segurança seja condição necessária para a estabilização territorial, os dados sugerem

que a ausência de ações integradas nas áreas de emprego, educação, saúde e inclusão social pode comprometer a sustentabilidade dos avanços obtidos. Tal constatação reforça a ideia de que os ganhos securitários observados permanecem vulneráveis a retrocessos caso não sejam acompanhados por transformações estruturais mais amplas.

De modo geral, os resultados da pesquisa demonstram que o tratado bilateral entre Moçambique e Ruanda produziu efeitos positivos imediatos no combate ao terrorismo em Cabo Delgado, mas também expôs limites institucionais e desafios estruturais relacionados à dependência externa, à transparência dos acordos e à necessidade de fortalecimento das capacidades internas do Estado. Esses achados fornecem a base empírica para a discussão analítica desenvolvida na seção seguinte.

Os resultados apresentados confirmam que o tratado bilateral de cooperação militar firmado entre Moçambique e Ruanda produziu efeitos concretos e imediatos no enfrentamento do terrorismo em Cabo Delgado, especialmente no que se refere à contenção da violência armada e à recuperação de áreas estratégicas anteriormente sob controle de grupos insurgentes (Massagy, 2014). Esses achados corroboram a literatura que aponta a cooperação militar internacional como um instrumento recorrente adotado por Estados fragilizados diante de ameaças assimétricas que excedem suas capacidades internas de resposta (Ayoob, 1995; Buzan, 1991).

Do ponto de vista da segurança internacional, a eficácia inicial da presença militar ruandesa pode ser compreendida à luz da teoria do equilíbrio de ameaças, segundo a qual Estados tendem a buscar alianças com atores capazes de neutralizar riscos imediatos à sua sobrevivência política e territorial (Walt, 1987). No caso moçambicano, a percepção de ameaça associada à insurgência armada em Cabo Delgado e à incapacidade operacional das forças nacionais criou as condições políticas para a aceitação de uma cooperação bilateral direta, ainda que marcada por assimetrias de poder (Njelezi, 2023).

Entretanto, a análise dos resultados também reforça os alertas teóricos sobre os riscos estruturais associados a acordos bilaterais firmados em contextos de vulnerabilidade estatal. Conforme discutido por Morgenthau (2003), alianças estabelecidas sob forte pressão tendem a privilegiar ganhos imediatos em detrimento de avaliações estratégicas de longo prazo (Omar, 2025). No caso de Moçambique, a limitada transparência em relação às cláusulas do tratado e às contrapartidas envolvidas amplia as incertezas quanto aos efeitos futuros da cooperação, especialmente no que se refere à soberania estatal e ao controle sobre recursos naturais estratégicos existentes na região de Cabo Delgado.

A dependência do apoio militar externo, evidenciada nos resultados, dialoga com as análises de Keohane e Nye (2012) sobre interdependência assimétrica. A cooperação militar, ao suprir déficits internos de defesa, pode produzir uma relação na qual o Estado receptor passa a depender estruturalmente do parceiro externo para garantir sua própria estabilidade. Esse padrão tende a enfraquecer os incentivos ao investimento doméstico em capacidades militares e institucionais, perpetuando ciclos de fragilidade estatal.

Além disso, a atuação das forças ruandesas no âmbito da responsabilidade social, embora tenha produzido efeitos positivos na relação com a população local, não elimina as causas estruturais do conflito. Conforme argumenta Crenshaw (2011), o terrorismo está profundamente enraizado em fatores sociais, econômicos e políticos, de modo que sua erradicação exige estratégias integradas que transcendam a dimensão militar (Massingue, 2025). No caso de Cabo Delgado, a persistência de desigualdades regionais, exclusão social e fragilidade das políticas públicas limita a sustentabilidade dos ganhos obtidos no campo da segurança.

A discussão também evidencia que a resposta estatal ao terrorismo, quando centrada predominantemente na militarização do território, pode produzir efeitos ambíguos sobre a governabilidade. Embora a presença militar seja fundamental para a contenção da violência imediata, autores como Kaldor (2012) destacam que conflitos contemporâneos exigem abordagens multidimensionais, capazes de articular

segurança, desenvolvimento e fortalecimento institucional. A ausência dessa articulação tende a transformar a cooperação militar em uma solução temporária, incapaz de produzir estabilidade duradoura.

No contexto africano, a presença de forças estrangeiras em territórios nacionais frequentemente é legitimada por discursos de solidariedade regional e combate ao terrorismo. Contudo, conforme observa Clapham (2017), tais intervenções coexistem com interesses geopolíticos e econômicos, especialmente em regiões ricas em recursos naturais. Em Cabo Delgado, a sobreposição entre segurança, exploração econômica e interesses externos reforça a necessidade de uma análise crítica sobre os limites da cooperação militar bilateral (Feijo, 2023).

Outro aspecto relevante diz respeito aos impactos da cooperação militar sobre a legitimidade do Estado moçambicano. A literatura sobre governabilidade indica que a capacidade do Estado de prover segurança de forma autônoma constitui um elemento central da legitimidade política (Migdal, 2001; Migdal, Schlichte, 2016). A dependência prolongada de forças estrangeiras pode enfraquecer essa legitimidade, ao reforçar a percepção de incapacidade estatal perante a população (Cambrão, 2018). Assim, embora a cooperação com o Ruanda tenha contribuído para a estabilização imediata, ela também evidencia a urgência de reformas estruturais voltadas ao fortalecimento das instituições nacionais de defesa e segurança.

Dessa forma, a discussão dos resultados permite concluir que o tratado bilateral entre Moçambique e Ruanda representa uma resposta pragmática a uma crise aguda de segurança, mas não constitui, por si só, uma solução sustentável para o terrorismo em Cabo Delgado. A eficácia de longo prazo dessa cooperação depende da capacidade do Estado moçambicano de reduzir sua dependência externa, investir em suas forças nacionais e implementar políticas públicas integradas que enfrentem as causas estruturais da insurgência armada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou o tratado bilateral de cooperação militar firmado entre Moçambique e Ruanda no contexto do teatro operacional norte, destacando o papel desempenhado pelas forças ruandesas sob a liderança de Paul Kagame e os desafios enfrentados pelo Estado moçambicano no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado. A análise evidenciou que a cooperação militar bilateral produziu resultados positivos imediatos, sobretudo no que se refere à redução dos ataques terroristas, à recuperação de áreas estratégicas e à melhoria do controle territorial em regiões anteriormente dominadas por grupos insurgentes.

Os resultados indicam que a presença das forças ruandesas contribuiu para o reequilíbrio das forças no terreno, favorecendo a estabilização localizada e a retomada gradual de atividades sociais e econômicas em determinadas áreas. Ademais, as ações de responsabilidade social desenvolvidas no âmbito da cooperação militar desempenharam papel relevante na reconstrução do tecido social fragilizado pelo conflito, fortalecendo a relação entre os atores de segurança e a população civil. Esses elementos reforçam a compreensão de que, em contextos de violência armada prolongada, a dimensão securitária deve dialogar com iniciativas voltadas à proteção e ao apoio às comunidades afetadas.

Contudo, a análise também revelou fragilidades estruturais que limitam a sustentabilidade dos avanços observados. A limitada transparência em relação às cláusulas do tratado bilateral e às contrapartidas assumidas pelas partes gera incertezas quanto aos impactos políticos e institucionais de longo prazo da cooperação. Além disso, a dependência do apoio militar externo evidencia a insuficiência de investimentos internos consistentes em defesa e segurança, o que compromete a capacidade do Estado moçambicano de responder de forma autônoma a ameaças complexas como o terrorismo.

Do ponto de vista da soberania estatal, a cooperação militar bilateral, embora legítima em contextos emergenciais,

coloca desafios relevantes à autonomia decisória do Estado. A literatura sobre relações internacionais e segurança aponta que alianças firmadas sob condições de vulnerabilidade tendem a produzir relações assimétricas, nas quais os ganhos imediatos podem ser acompanhados por custos estruturais no médio e longo prazo. No caso de Moçambique, a presença militar estrangeira em uma região estratégica e rica em recursos naturais reforça a necessidade de uma avaliação crítica sobre os limites da cooperação e sobre a proteção dos interesses nacionais.

A análise desenvolvida ao longo do artigo permite afirmar que a erradicação sustentável do terrorismo em Cabo Delgado exige mais do que respostas militares pontuais. Embora a cooperação com o Ruanda tenha contribuído para conter a violência imediata, a superação definitiva do conflito depende do fortalecimento das capacidades internas do Estado moçambicano. Isso implica investimentos contínuos na capacitação e valorização das Forças de Defesa e Segurança, no aprimoramento das condições logísticas e operacionais, bem como na formulação de políticas públicas integradas de desenvolvimento regional, inclusão social e governança territorial.

Conclui-se, portanto, que a cooperação militar bilateral deve ser compreendida como um instrumento complementar e transitório, e não como substituto das responsabilidades estatais na garantia da segurança e da soberania nacional. A construção de uma segurança sustentável em Cabo Delgado requer uma abordagem multidimensional, capaz de articular segurança, desenvolvimento e fortalecimento institucional. Para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre os impactos de longo prazo da cooperação militar internacional em Estados frágeis, bem como análises comparativas sobre modelos de enfrentamento do terrorismo que integrem dimensões políticas, sociais e econômicas no contexto africano.

## REFERÊNCIAS

AYOUB, Mohammed. *The Third World security predicament: State making, regional conflict, and the international system.* Lynne Rienner Publishers, 1995.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G., VARRIALE, C. C., FERREIRA, J., & CACAIS, L. G. P.. *Dicionário de política.* México: Siglo xxi, 1998.

BUZAN, B. *People, states and fear: An agenda for international security studies in the post-Cold War era.* Harvester Wheatsheaf.1991.

BUZAN, B., & Wæver, O. *Regions and powers: The structure of international security.* Cambridge University Press.2003.

BUZAN, Barry. **Pessoas, estados e medo: uma agenda para estudos de segurança internacional na era pós-Guerra Fria**. ECPR Press, 2008.

CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse. Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governança—o caso de Moçambique. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 36, p. 71-96, 2018.

CHAMBE, Zacarias Milisse. Entre gritos reprimidos e pés sobre a mata: violência, mobilidades e formas de silenciamento na guerra de Cabo Delgado, Moçambique. *Ideias*, v. 14, p. e023010-e023010, 2023.

CHICHAVA, Sérgio. Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano. *Ideias do IESE*, v. 127, p. 1-2, 2020 a.

CLAPHAM, Christopher S. **Africa and the international system: The politics of state survival.** Cambridge University Press, 1996.

COUTINHO, F. P. (2016). *Direito internacional público.* Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

COUTINHO, Francisco Pereira. A Agressão Russa à Ucrânia e o Direito Internacional: Uma Tragédia em Quatro Atos. *e-Publica-Public Law Journal*, v. 10, n. 1, p. 04-17, 2023.

COUTINHO, Francisco Pereira. A Caminho do “Brexit” ou do “Breversal”? A Reversibilidade do Processo de Secessão de Estados-membros na União Europeia. *Nação e Defesa*, n. 147, p. 39-60, 2017.

COUTINHO, Francisco Pereira. O Direito Internacional na Ordem Jurídica Moçambicana. **Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho,(coordenação), O Direito Internacional Publico nos Direitos de Língua Portuguesa, Lisboa: CEDIS, 2008.**



- CRENSHAW, M. Explaining terrorism: Causes, processes and consequences. *Routledge Handbook of Terrorism Research*, 13–31. 2011.
- CRENSHAW, Martha. Explaining terrorism and violent extremism. **Explaining Extreme Belief and Behavior: Theoretical, Methodological, and Ethical Challenges**, p. 32, 2026.
- FEIJÓ, João. Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado. **Maputo: OMR**, 2023.
- HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. **Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia**. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2019.
- KALDOR, M. (2012). *New and old wars: Organized violence in a global era*. Stanford University Press.
- KALDOR, Mary. **New and old wars: Organised violence in a global era**. John Wiley & Sons, 2013.
- KEOHANE, R. O., & Nye, J. S. *Power and interdependence* (4th ed.). Longman, 2012.
- KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. *Power and interdependence*. **Survival**, v. 15, n. 4, p. 158-165, 1973.
- KOSKENNIEMI, M. (2005). *From apology to utopia: The structure of international legal argument*. Cambridge University Press.
- KOSKENNIEMI, Martti. **From apology to utopia: the structure of international legal argument**. Cambridge University Press, 2006.
- MAGAIA, Gervásio Castro Morais; MUSSAMA, Isac Toaya; VIANA, Thais Cristini de Jesus. Índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) e relação com os ataques terroristas em Cabo Delgado. **Revista Sociedade Científica**, v. 8, n. 1, p. 685-701, 2025. Acesso em 10 de junho de 2026.
- MASSINGUE, Estela Daniel Chilengue. **Cooperação internacional e desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas: desafios de Moçambique na operacionalização dos objectivos de desenvolvimento sustentável**. 2025. 100p. Tese de Doutorado. Universidade Eduardo Mondlane. <http://www.repositorio.uem.mz/handle/258/1405>. Acesso em 01 de julho de 2026.
- MIGDAL, J. S. (2001). *State in society: Studying how states and societies transform and constitute one another*. Cambridge University Press.
- MIGDAL, Joe S. "Estudiar el estado" em *State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute One Another*, Cambridge Studies in Comparative Politics, Cambridge University Press, Cambridge, 2001. **Relaciones internacionales**, n. 8, p. 1-41, 2008.
- MIGDAL, Joel S. O Estado na sociedade. In: **Novas direções em política comparada**. Routledge, 2018. p. 63-79.
- MIGDAL, Joel S.; SCHLICHTTE, Klaus. Repensando o Estado. In: **A dinâmica dos Estados**. Routledge, 2016. p. 11-50.
- MORGENTHAU, H. J. (2003). *Politics among nations: The struggle for power and peace* (7th ed.). McGraw-Hill. 2003.
- MORGENTHAU, Hans Joachim; THOMPSON, Kenneth W.; CLINTON, W. David. **Politics among nations: The struggle for power and peace**. New York: Knopf, 1985.
- MUSSAGY, Ibraimo Hassane. Os Mega-Projetos em Moçambique: A conclusão precipitada que pode condenar Moçambique ao fracasso?. **Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento**, n. 2, 2014.
- NJELEZI, Mauro Tiago. Insurgência em Cabo Delgado: uma Análise para Inferência da Estratégia de Combate ao Fenómeno. **Nação e Defesa**, n. 164, 2023.
- NGUIRAZE, André Camanguira; AIRES, Jussara Danielle Martins. Moçambique: processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 1, p. 30-65, 2011.
- OMAR, Helen Solange Soares. **A cooperação internacional para o desenvolvimento e a estabilidade económica de Moçambique**. Tese de Doutorado. Universidade Eduardo Mondlane. 2025. 64p. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/handle/258/1502>. Acesso em 01 de julho de 2026.
- SCHMITT, Michael N. (Ed.). **Tallinn manual 2.0 on the international law applicable to cyber operations**. Cambridge University Press, 2017.
- SILVA, Nara Luana Leite. **Análise do papel da ajuda externa ao setor de educação em Moçambique. Dissertação (Mestrado em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais)** - Programa de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. 66p. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/45521>. Acesso em 11 de junho de 2026.
- SHAW, M. N. *International law* (8th ed.). Cambridge University Press, 2017.

SOUSA, Eric Oliveira. **Operações de Paz nos Anos 90: uma análise da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda sob a perspectiva do Force Commander Roméo Dallaire.** 2025, 30fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/46378>. Acesso em 10 de junho de 2026.

WALT, S. M. The origins of alliances. Cornell **University Press.**1987.

WARDLAW, G. Political terrorism: Theory, tactics and counter-measures. Cambridge University Press. 1982.

YIN, R. K. Qualitative research from start to finish. **Guilford Press.**2016.

